

PATOS TEM O SERVIÇO DE ÁGUA AMEAÇADO PELA EXPLORAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO

Prefeito quer romper contrato com a Copasa e tirar do Estado a responsabilidade com o saneamento

A tentativa do prefeito de Patos de Minas, Luís Eduardo Falcão, de tirar a Copasa do município, encampando a empresa, para depois privatizar os serviços de água e esgoto se baseia unicamente na ultrapassada e falsa premissa de que o setor privado é mais eficiente que o público. O contrato só termina em 2038, e o município terá que pagar uma indenização de mais de R\$ 390 milhões em caso de rescisão. Mesmo assim, o prefeito quer interrompê-lo, não levando em consideração todos os riscos e desvantagens da eventual entrega do saneamento a uma empresa privada, como o aumento de tarifas e a piora na qualidade dos serviços.

Falcão desconsidera também que quem pagará a conta por sua "obsessão" será a população, que arcará com contas mais altas e também com eventual indenização. Em sua ânsia entreguista, o prefeito, seguindo o exemplo de seu patrono, o governador Zema, omite, de forma deliberada, as fortes evidências contrárias ao seu insano e frágil projeto, que avança na direção oposta do que acontece em vários países do mundo, onde a gestão do saneamento está sendo devolvida ao controle público, devido à ineficiência de experiências de concessão privada, como tarifas extorsivas, falta de transparência e investimentos insuficientes.

De olho nas próximas eleições, Falcão insiste, em seus pronunciamentos e entrevistas, em depreciar os serviços prestados pela Copasa no

*A quem interessa privatizar
serviço público essencial?*



município, para tentar criar um ambiente favorável e convencer a população de que o rompimento do contrato com a empresa e a privatização do saneamento vão resolver os problemas do setor em Patos de Minas.

Nessa tentativa de reforçar seus frágeis argumentos, o prefeito esquece, intencionalmente, dos graves problemas vivenciados pelas populações dos municípios

os mineiros que privatizaram os serviços de saneamento, como Ouro Preto. Antes da entrega da concessão à privada Saneouro, a taxa de água na cidade histórica era de aproximadamente R\$ 27 por mês. Após a privatização, 10 m³ de água, para a tarifa residencial, passaram a corresponder a R\$ 79,88, cerca de 200% a mais.

Outros cinco municípios mineiros têm seus serviços de água e esgoto geridos por empresas privadas, Araújos, Bom Sucesso, Pará de Minas, Paraguaçu e Santo Antônio do Amparo. Após as privatizações, as tarifas foram reajustadas, bem acima do valor cobrado pela Copasa em outras cidades da região.

O SINDÁGUA acompanha o processo em andamento em Patos de Minas. Diretores do Sindicato estiveram na cidade na semana passada, quando o presidente da entidade, Eduardo Pereira, concedeu entrevistas a veículos de imprensa locais, procurando esclarecer e alertar a população sobre os riscos e impactos da saída da Copasa do município e os riscos da privatização dos serviços de água e esgoto.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais: